



INSTITUTO DE HUMANIDADES
BACHARELADO EM HUMANIDADES

MIGUEL PAULO JOAQUIM

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO
ENSINO BÁSICO GUINEENSE: O EXEMPLO DA ESCOLA BENGALA BRANCA**

REDENÇÃO

Ano: 2025

MIGUEL PAULO JOAQUIM

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO ENSINO BÁSICO GUINEENSE: O EXEMPLO DA ESCOLA BENGALA BRANCA

Trabalho de Conclusão de Curso em
formato de projeto de pesquisa do curso de
Bacharelado em Humanidades da
Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito
parcial à obtenção de título de Bacharel em
Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Adolfo Pereira de
Souza Junior

REDENÇÃO

Ano: 2025

SUMÁRIO:

1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E PROBLEMÁTICA	4
2 JUSTIFICATIVA	7
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
3.1 Educação Básica na Guiné-Bissau	12
3.2 Crianças com Deficiência na Guiné-Bissau	14
3.3 Inclusão Escolar ou Educação Inclusiva?	15
4 OBJETIVOS:	17
4.1 Objetivo geral	17
4.2 Objetivos específicos	17
5. METODOLOGIA	18
6. CRONOGRAMA	19
REFERÊNCIAS	20

1. DELIMITAÇÃO DO TEMA E PROBLEMÁTICA

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, Guiné-Bissau fica situada na Costa Ocidental de África, sendo limitada ao norte pela República do Senegal, a Leste e Sul pela República da Guiné Conacri, a Oeste pelo Oceano Atlântico. Tem uma superfície total de 36.125 Km² e é banhada pelo oceano Atlântico. Além do território continental, integra ainda mais de oitenta ilhas que constituem o Arquipélago dos Bijagós e tem nove (9) regiões incluindo o sector autónomo de Bissau especificamente: Bafatá, Quinara, Gabu, Tombali, Bolama Bijagós, Cacheu, Biombo, Oio, e o Sector Autónomo de Bissau (SAB).

O presente projeto de pesquisa busca investigar o processo de integração das crianças portadores de deficiência física no ensino básico guineense. Almeja, também, referenciar a Escola Bengala Branca, como referência de inclusão, localizada em Ponta Gardete, por ser esta a escola com o maior número de estudantes atípicos no país.

Conforme texto publicado pela Nações Unidas, Guiné-Bissau (UNIOGBIS), Manuel Lopes Rodrigues explica que a criação da inclusão escolar surgiu como resposta direta à discriminação enfrentada pelas crianças com deficiência. Historicamente, na Guiné-Bissau, as pessoas com deficiência raramente tem acesso a essa modalidade de ensino, enfrentando a exclusão social e preconceito. Diante dessa realidade, o fundador da Escola Bengala Branca, Manuel Lopes Rodrigues, que perdeu a visão aos três anos de idade, sentiu-se motivado a criar a Instituição escolar. Seu objetivo era garantir a escolarização de pessoas com deficiência, não apenas cegas, mas para todos os tipos de deficiência.

Segundo Agência de Notícia da Guiné (ANG), no dia 13 de Março de 2014, a nova Escola para deficientes da Guiné-Bissau foi inaugurada em Bissau pelo Encarregado dos Negócios da Embaixada de Portugal no país e contou com o financiamento da Cooperação Lusa num montante de 639 milhões de FCFA (Franco CFA).

Ainda a mesma Agência de Notícia da Guiné (ANG), a escola tem uma infraestrutura escolar construída pela empresa Belinca Lda., ocupando uma área total de 7.058 metros quadrados e está constituída de 16 Salas de aulas, uma Biblioteca, uma Sala de Informática, uma sala de Professores, duas casas de banho e igual número de turmas destinadas a Formação Profissional. A Escola Bengala

Branca tem capacidade de albergar 400 alunos, contempla ainda um salão polivalente, um refeitório, uma sala de cozinha, um jardim infantil com quatro salas, um armazém, seis dormitórios, dois balneários e uma lavandaria. A escola fica situada na localidade de Ponta Gardete, arredores da capital Bissau.

Sendo a Guiné-Bissau um país em desenvolvimento, percebe-se que muitas crianças com necessidades educativas especiais ainda não frequentam a escola, seja devido à situação de instabilidade política e institucional em que o país se encontra, seja por que não se sentem efetivamente incluídas no processo educativo.

Segundo RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA GUINÉ-BISSAU 2010-2012, em estudo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) sobre as pessoas com deficiência na Guiné-Bissau - com o apoio financeiro da Plan Internacional - a maioria dos grupos sociais e étnicos entende a deficiência como uma maldição, um castigo, uma sanção social por algum erro ou, por transgressão de algo proibido, pelo pecado cometido pela própria vítima de deficiência ou dos pais. Isso acaba colocando a vida e os direitos dessas crianças portadoras de alguma deficiência em risco, tanto no seio familiar assim como na comunidade onde se encontram.

Ainda, o mesmo relatório, mostra que um recém-nascido já com deficiência é considerado, para muitas etnias em Guiné-Bissau, um sinal de descontentamento dos “deuses” contra a família ou comunidade e elas raramente sobrevivem devido a rejeição e abandono tanto pela família assim como a comunidade, muitas vezes são atirado do telhado e seguidamente ao mar ou metido em “baga-baga” (térmitas), com explicações absurdas para esses atos. Ainda hoje se assiste, em algumas regiões da Guiné-Bi, à prática do infanticídio motivada pela deficiência das crianças. A explicação dada para este comportamento é que essas crianças com deficiência pertencem a divindades da água ou da terra, devendo, por isso, obrigatoriamente regressar à sua procedência espiritual.

Por outro lado, segundo um estudo de caso de violação dos Direitos das Crianças na Guiné-Bissau. 2020,

verifica-se igualmente que a categorização “Criança Irã” resulta da consequência de um raciocínio de causa-efeito em que a criança é vista como causa da morte da mãe ao nascimento ou o seu nascimento tenha coincidido com a morte de algum familiar, no que se torna uma ameaça para a família ou comunidade. Neste sentido ser “Criança Irã” é um fator de risco

no que toca o bem-estar e o respeito dos direitos das crianças na Guiné-Bissau.

Com base nisso, alguns pais pensam que uma criança com deficiência é incapaz de aprender ou que irão apenas gastar o dinheiro com o custo de pagar a mensalidade ou que essas crianças seriam incapazes de aprender alguma coisa. Por isso, muitos dos pais ou encarregados da educação das crianças portadores de alguma deficiência acabam por deixá-las sem frequentar a escola. A ausência de escolas com capacidade de inclusão, seja na capital ou nas zonas rurais, é também causa para o abandono escolar das crianças com deficiência.

No Relatório citado, consta que a situação dos Direitos Humanos em Guiné-Bissau 2010-2012, a estigmatização de pessoas com deficiência é visível no seio familiar, escolar e profissional. Restando a estas a impossibilidade de conseguir empregos, muitas delas são obrigadas a deixar as suas famílias e forçadas a mendigar nas ruas para sua sobrevivência. A exemplo desta situação, no Mercado de Banbim podemos encontrar muitas crianças com deficiência a pedir esmola, posto que suas famílias e a comunidade as deixaram em total abandono. Todos esses tabus tornaram-se narrativas consolidadas no seio da sociedade Guineense e nos colocam perante uma realidade difícil de ser questionada racionalmente.

Desse modo pretende-se problematizar motivos da ausência de políticas públicas para a inclusão escolar de crianças com deficiência física em escolas públicas do Setor Autónomo de Bissau com foco no estudo da Escola Bengala Branca, por outro lado almeja também observar as limitações políticas, económicas e culturais que restringem a inclusão de crianças com deficiência na instrução escolar guineense, considerando-se narrativas disseminadas acerca da condição denominada de *criança irã*, e como estas constituem obstáculos à inclusão escolar de crianças com deficiência; e por último pretende-se analisar fatores determinantes da precariedade do sistema de ensino relativos à produção e formação pedagógica, acessibilidade e sensibilidade didática, para a recepção de estudantes portadores de necessidades específicas em Guiné Bissau.

2 JUSTIFICATIVA

O interesse pelo tema deste trabalho surgiu a partir da minha experiência vivida numa escola onde atuei como professor de ensino básico na Guiné-Bissau. Naquela ocasião consegui observar de que forma, são tratadas as crianças com deficiência nas escolas, principalmente nas escolas primárias da capital Bissau, como são tratadas as crianças que nascem com deficiência na capital assim como nas tabancas (aldeias).

A forma como são vistas as crianças com deficiência nas escolas e na sociedade na qual elas estão inseridas. Perante tal percepção, acredito que o desenvolvimento dessas crianças depende de um grande esforço da família e comunidade em geral, no sentido de exigir do Estado a cumprir com a sua responsabilidade.

Outro motivo que me levou a escolher pesquisar esse tema, diz respeito à forma como a própria sociedade guineense trata e discrimina as crianças com deficiência a nível do país, sem pensar nos seus direitos, muitas das vezes são abandonados e obrigados a lutar pela sobrevivência em vez de ser amparado pela família, pela comunidade e por políticas públicas.

Dessa forma optei por pesquisar sobre esse tema para melhor entender como pode ser implementada a inclusão de crianças com deficiência física no processo de ensino e aprendizagem guineense. Conforme afirmava Amílcar Cabral, “as crianças são a razão da nossa luta”.

No RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA GUINÉ-BISSAU 2020-2022, podemos perceber que várias escolas não recebem Pessoas com Deficiência – PCD, por falta de meios adequados para responder às suas particularidades e à insuficiência de profissionais - principalmente nas escolas públicas - para trabalharem com pessoas com deficiência. Percebe-se que, quando as escolas não aceitam essas pessoas, por falta de condições para inclusão delas, isso acaba de uma certa forma tornando-as mais distantes da própria sociedade.

O Relatório da SITUAÇÃO DA CRIANÇA NA GUINÉ-BISSAU 2015-2016 (p. 8), expõe essa fragilidade:

No caso da GB e apesar das sucessivas retificações das várias convenções, protocolos e recomendações internacionais, a intervenção ao nível da proteção da criança continua a mostrar-se bastante fragmentada,

sem espelhar uma visão da criança como reconhecido sujeito de direitos. Uma tal deficiência transporta, consequentemente, implicações, também, ao nível das intervenções levadas a cabo pelas entidades governamentais, internacionais e mesmo pela própria sociedade civil.

Durante três anos de atuação docente na Escola Preparatória TPC, uma escola primária, constatei a reduzida participação de crianças com deficiência, em particular aquelas com deficiência física, nos processos de ensino e aprendizagem. A Lei de Bases do Sistema Educativo da Guiné-Bissau (LBSE), em seu artigo 12, inciso 1, estabelece que “o ensino básico é universal e obrigatório”, o que assegura a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais ou cognitivas, o direito à educação. Todavia, a efetivação desse direito enfrenta múltiplos desafios no contexto guineense, tais como a insuficiência de infraestrutura adequada para atender estudantes com deficiência, a carência de recursos humanos qualificados para práticas pedagógicas inclusivas e a persistência de currículos escolares desatualizados.

Este projeto também se justifica por razões particulares. Em primeiro lugar, há uma motivação pessoal decorrente da minha experiência docente na Escola Preparatória TPC, onde foi possível observar a forma como algumas crianças com deficiência se sentiam isoladas pelo próprio sistema educacional. Em uma das turmas que acompanhei, havia três alunos com deficiência física que, ao longo dos anos, permaneceram afastados dos colegas, sobretudo nos momentos de recreação.

Paralelamente a isso, a escola não dispõe de infraestrutura acessível, como rampas que facilitam a mobilidade dessas crianças, o que contribuiu para que algumas delas desistem da escola por não se sentirem acolhidas. Essa realidade evidencia que muitas crianças com deficiência física não são adequadamente incluídas no sistema educativo, apesar de possuírem os mesmos direitos que as demais.

De modo geral, as escolas primárias da Guiné-Bissau, não tem política de inclusão capazes de acolher e integrar efetivamente as crianças portadoras de deficiência no processo do ensino e aprendizagem. Como consequência, essas crianças acabam por abandonar a escola, seja pela sensação de isolamento, seja pela impossibilidade de participar das atividades realizadas pelos demais colegas. Durante os momentos de recreio, por exemplo, enquanto a maioria das crianças

corre e brinca nos pátios, aquelas com limitações físicas permanecem na sala ou retornam para casa em razão do isolamento e solidão.

Para além das barreiras estruturais e pedagógicas, subsistem também aspectos socioculturais que acentuam a exclusão. Em algumas tabancas da Guiné-Bissau, crianças com deficiência são vítimas de discriminação e estigmatização social. Há registros de casos em que são acusadas de feitiçaria e, em situações extremas, chegam a ser abandonadas por seus familiares sob a alegação de que representam um perigo para a estrutura familiar e consequentemente para a comunidade.

Analizando a bibliografia existente sobre a inclusão ou a exclusão das crianças portadoras de deficiência física no contexto educacional guineense, percebi que existe uma lacuna na produção acadêmica. Esse tema não foi suficientemente estudado no contexto guineense, sendo um tema tão relevante, mas ainda é pouco explorado, por isso este projeto de pesquisa vai contribuir para preencher essa lacuna bibliográfica e acadêmica no sentido de ampliar o debate sobre a necessidade de se pensar estratégias para inclusão das crianças portadoras de deficiência física. Plasmada na Carta Universal dos direitos humanos assim como na Constituição da República da Guiné-Bissau no seu artigo 49, que advoga o dever de Estado de garantir a educação para todos os seus cidadãos. Nela a educação é um direito de todos os guineenses.

Nos diz relatório sobre a situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau 2010-2012:

os dados estatísticos do Recenseamento Geral da População e Habitação, realizado em Março de 2009, revelam que, num universo de 1.449.230 pessoas recenseadas, foram registadas 13.590 pessoas com deficiência, ou seja 0,94% da população residente na República da Guiné-Bissau. Estes dados, discriminados por sexo do índice populacional guineense, demonstram que a deficiência afeta 53,9% de homens e 46,1% de mulheres.

Aproximadamente um quarto, exatamente 23,2%, das pessoas com deficiência na Guiné-Bissau são crianças com a faixa etária de 0-14 anos. As principais causas da deficiência são as doenças congénitas, contra 1,9% resultante de traumas ligados a conflitos armados. É bastante comum justificar que as crianças nascidas com deficiência físicas ou outras doenças congénitas resultam da ausência de determinadas cerimónias étnicas que supostamente a família ou comunidade deveria fazer e não fez e já as crianças com deficiência acabam arcando as consequência inocentemente. Essas são narrativas que estigmatizam as crianças

com deficiência para vida toda. Acredito que desde a existência da humanidade já havia pessoas ou crianças com deficiência, seja por problemas de nascença, doença ou adquirida ao longo da vida.

Por isso, será benéfico desenvolver este estudo no contexto guineense, como a forma de chamar a atenção ao Ministério da Educação Nacional e a comunidade educativa no sentido da elaboração dos conteúdos e projetos que irão promover e proporcionar uma educação mais inclusiva e investir nas formações dos professores que terão habilitação adequada para essa modalidade de ensino. Também é importante fazer a sensibilização nas tabancas (aldeia), no sentido de fazer entender que as pessoas ou crianças com deficiência têm os seus direitos e deveres como sendo cidadãos guineenses.

Piscalho e Vera Cruz (2015), no relatório da UNICEF, descrevem o sucesso das estratégias da educação inclusiva em São Tomé e Príncipe. Nessa experiência há uma vasta gama de estratégias, atividades e processos que visam tornar uma realidade os Direitos Universais para a qualidade e para uma educação relevante e adequada. Esse relatório reconhece que a aprendizagem começa no nascimento e continua ao longo da vida, inclui a aprendizagem em casa, na comunidade, em situações formais e informais. Procura permitir que as comunidades, sistemas e estruturas em todas as culturas e contextos combatam a discriminação, celebrem a diversidade, promovam a equidade entre todas as pessoas. Faz parte de uma estratégia mais vasta para a promoção do desenvolvimento inclusivo, com o objetivo de criar uma sociedade onde exista paz, tolerância, uso sustentável de recursos, justiça social e onde as necessidades básicas e direitos para todos sejam garantidos.

Ainda segundo os mesmos autores, não é de hoje a preocupação existente de se inserirem em contextos de ensino regular crianças e jovens que, pelos mais diversos fatores, são postos de parte numa sociedade em constante mudança. A deficiência não deve ser vista como um fator de alienação da criança no meio educativo onde está inserida, mas deve tornar-se um ponto de partida para uma junção de forças e apoios educativos que a orientem e integrem como futura cidadã de pleno direito.

No contexto da Guiné-Bissau, Segundo Unicef (2022, p.14),

A Educação de crianças com deficiência é igualmente muito precária.

Segundo as auscultações levadas a cabo existem ainda práticas comunitárias de rejeição a crianças com deficiência (rejeição que pode chegar à eliminação física destas crianças), subtração destas crianças à vida comunitária, ausência de registo de nascimento, ausência de matrícula na escola, dificuldades no acesso físico à escola e inexistência de recursos pedagógicos específicos e ausência de políticas sistemáticas de apoio às escolas e à formação de professores.

Ainda o mesmo estudo aponta as ações estratégicas para promoção de educação inclusiva na Guiné-Bissau, consequentemente fazer valer direitos das pessoas com deficiência no processo de Ensino e aprendizagem. Essa estratégia visa as novas construções de rampas de acesso para permitir a movimentação de crianças com dificuldades motoras, criação de políticas públicas e as práticas educativas que agregam princípios e valores que vão atender as necessidades das crianças com deficiência física, reduzindo a exclusão social e a discriminação, mas devido a instabilidade política nenhuma dessa estratégia foi implementada.

Nesta ótica, estudar a educação inclusiva na Guiné-Bissau é essencial para promover uma educação de qualidade equitativa e sustentável, que beneficia todos os alunos e contribua para o desenvolvimento do país e promova a cidadania ativa e a participação de todos os cidadãos na implementação de políticas educacionais de inclusão e de igualdade de oportunidades.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Educação Básica na Guiné-Bissau

A educação básica na Guiné-Bissau é a fase pertinente do sistema educativo guineense, destinada a crianças dos 6 aos 12 anos de idade. Ela subdivide-se em dois ciclos: Ensino Básico Elementar, de 1ª a 4ª série e Ensino Básico Complementar, de 5ª a 6ª séries.

O Art. 12 da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) da Guiné Bissau, em seu primeiro ponto, declara que o ensino básico é universal, obrigatório e gratuito. Na mesma linha de ideia, o artigo 64 da mesma lei, afirma o princípio de gratuidade do ensino básico. Também a Constituição da República declara gratuidade gradual em todas as categorias do ensino guineense. Sendo assim, o ensino básico gratuito significa isenção do pagamento de mensalidade para os alunos da 1ª e 2ª série. Percebe-se que na constituição da República da Guiné-Bissau e a Lei de Base do Sistema Educativo guineense não se especificam a quem especificamente tem direito de frequentar a sala de aulas, por isso, presumimos que todas as crianças têm direito de estar na sala de aulas sem discriminação e devem receber as instruções independentemente da sua condição física.

A atual política educacional guineense, ainda reflete a marca do seu colonizador, segundo Mané (2021, p. 10).

Podemos aqui destacar como a primeira marca do colonialismo ainda presente na atual política educacional guineense, a larga presença do ensino da língua portuguesa nas escolas sem a consideração significativa de vários grupos étnicos existente no país, em especial, a língua crioula que é falada pela maioria.

Portanto, percebe-se que a política educacional guineense, ainda permanece dependente de Portugal. Isso é uma das marcas do colonialismo. De acordo com Cá (1999) *apud* Mané (2020, p.11),

Traduz muito bem essa marca, quando afirma que para os portugueses, dar educação, era a mesma coisa que desafricanizar, pois isso conduziria à criação de pessoas assim chamadas de divididas, o que significa desenrolá-las, fazer africanos que pensam como brancos – uma pedagogia puramente autoritária, que reforça a submissão ao colonizador e a iniciativa à sua imitação como único critério de acesso.

É compreensível que o sistema educativo guineense tenha vindo a mudar de acordo com o tempo, com vista a atingir a educação almejada. Mas, ainda é preciso que tais mudanças sejam colocadas em prática de modo a facilitar os alunos na compreensão e interpretação da realidade social, econômica, política e cultural local, isolando a história de Guiné-Bissau narrada na perspetiva europeia.

Para que isso aconteça, antes de mais, é necessário que o próprio Estado assuma a sua responsabilidade na íntegra em relação a educação, também, para que o professor, por meio de acesso a um currículo emancipatório, possa posicionar-se como um mediador perante os alunos, ao invés de exercer o papel de opressor, a fim de auxiliá-los a ter criatividade e curiosidade.

Devido a fraca capacidade do Estado em criar políticas públicas educacionais que atenda às necessidades diversificadas das crianças na Guiné-Bissau e principalmente as crianças com necessidades educativas especiais, nas quais se enquadram as crianças com deficiência física, fez com que algumas escolas que foram criadas com esse objetivo resultam das cooperações e funcionam por meios de financiamentos das Agências Internacionais.

Com o financiamento da Cooperação Lusa Portuguesa, a Escola **Bengala Branca** consegue dar cobertura às suas despesas sem contar com o apoio do próprio Estado da Guiné-Bissau, que nunca se preocupou em construir as escolas com a capacidade inclusiva no país. Portanto, a necessidade da educação inclusiva torna-se algo urgente e pertinente uma vez que muitas crianças com deficiência ficam fora do sistema educativo. Empreender estudos fundamentados em pesquisas que enfatizem os direitos dessas crianças constitui instância fundamental de políticas públicas em Guiné-Bissau.

Mesmo com a criação da escola Bengala Branca a resposta a este fenómeno ainda permanece por ser feita, pois a Escola Bengala Branca não tem capacidade de acolher as crianças que se encontram nessa condição a nível do país. Nesta ótica torna-se pertinente a intervenção do Estado guineense em criar escolas com capacidade inclusiva em diferentes zonas do país. Para tanto, a experiência implementada por esta escola, pode torna-se referência.

3.2 Crianças com Deficiência na Guiné-Bissau

Vendo que, esse tema merece uma grande atenção da sociedade guineense atualmente, sobretudo do próprio Estado, no que diz respeito à criação das escolas com capacidade inclusiva e a melhor forma de proteção das pessoas com deficiência para que possam sentir menos excluídos na sociedade.

Existem muitas crianças com deficiência física na Guiné-Bissau, como podemos ver nos relatórios de diferentes organizações. Perante isso, este projeto de pesquisa tem como alvo principal entender como é a inclusão das crianças com deficiência no processo de ensino e aprendizagem na Guiné-Bissau e seus desafios.

Este projeto de pesquisa é direcionado principalmente às crianças com deficiência e também para as que por outros motivos acabam tornando-se deficientes no caso das *crianças Irã* que acabam enfrentando dificuldades na sua sobrevivência e correm o risco até da morte por não serem aceitas na sociedade.

Ainda existem algumas instituições privadas que cuidam de crianças com deficiência, a título de exemplo Escola Bengala Branca, SOS, dentre outros. Mas essas instituições não conseguem dar a cobertura para todas as crianças com deficiência, o que faz com que muitos continuem desabrigadas em termos de cuidados e proteção pelo o Estado.

A Guiné-Bissau é um país com um número elevado de pessoas com deficiência, segundo a Federação das Pessoas com Deficiência na Guiné-Bissau. Estima-se que hoje existam muito mais deficientes com causas em diferentes problemas, apontando acidente de viação, diabetes, os levantamentos militares e a tuberculose como as principais causas da deficiência no país. E os dados estatísticos do estudo sobre as Pessoas com Deficiência revelam que 57,4% da população com estas características em idade escolar se encontra fora do sistema de ensino porque o Estado não criou as condições para inclusão delas no processo de ensino e aprendizagem (Unicef, 2022).

Sendo assim, a referida pesquisa será desenvolvida no contexto educacional guineense, lembrando que o sistema educacional guineense, carece de um programa educacional pedagógico que visa desencadear as atividades inclusivas, posto isto, em três anos como professor do ensino primária, senti a falta de Programas específicos para atender a esta demanda por parte do Ministério da Educação Nacional na elaboração dos currículos escolares que viabilize a inclusão

de todas as crianças no processo do ensino e aprendizagem, independentemente das suas condições físicas.

Nesta ótica o trabalho em questão levanta esta problemática e fundamenta-o porque é evidente aos olhos dos cidadãos guineenses que muitas escolas do ensino básico funcionam sem licença do Ministério da Educação e o próprio Ministério da Educação não tem controlo dos números total das escolas do ensino básico a nível nacional (UNICEF, 2020). Deste modo a falta do projeto inclusivo das crianças com necessidades educativas especiais, é evidente nas várias escolas do ensino básico. Tendo em conta o que foi exposto propomos as seguintes questões:

Como é que as restrições impostas pelo governo e pelas limitações impedem a inclusão das crianças com deficiência no processo do ensino e aprendizagem guineense? De que forma as determinações culturais influenciam a inclusão das crianças com deficiência. Em especial as “crianças Irã”? Será que existe a formação metodológica e didática para professores das escolas do ensino básico guineense para a inclusão de crianças com deficiente?

3.3 Inclusão Escolar ou Educação Inclusiva?

Na sociedade guineense, o termo inclusão ainda desperta curiosidade, indiferença ou negação. Segundo Souza (2017 p. 8) Inclusão social é um posicionamento ideológico que embasa ações de confronto à exclusão social de pessoas de classes inferiores, com desenvolvimento atípico, idosos ou minorias raciais, entre outras. Neste contexto a inclusão social refere-se aos paradigmas que têm sido aprovados nas escolas atualmente, isto é, afastamento das pessoas com deficiência no processo do ensino e aprendizagem.

Para Mantoan (2003 p. 11), os paradigmas podem ser definidos como um modelo [...], como um conjunto de regras normas crenças e valores princípios que são partilhados por um grupo em um dado momento histórico e que norteiam o nosso comportamento, até entrar em crise [...].

Assim, a conceitualização da inclusão social embasa um processo de atitudes afirmativas, públicas e privadas, no sentido de inserir em um contexto social mais amplo àqueles grupos ou populações marginalizadas historicamente ou em

consequência de mudanças políticas radicais, sejam econômicas, tecnológicas ou outras (SASSAKI, 1997 *apud* SOUZA, 2017, p. 8). A mesma autora argumenta que na Declaração de Salamanca de UNESCO, 1994 expressa que todas as escolas devem estar equipadas com recursos pedagógicos e de capacitação profissional para atender todos alunos independentemente de suas características físicas, psicológicas e socioculturais.

Segundo Manuel Lopes Rodrigues, a dificuldades e discriminação que as crianças com deficiência passam ao longo das suas vidas, o fez encarar o desafio e luta pelo direito das crianças com deficiência visual e outras deficiências, com o propósito de lhes proporcionar uma vida condigna, essa é a razão principal da criação da Associação Guineense de Reabilitação dos Cegos (AGRECE).

Neste caso, é importante que a escola trabalhe de melhor forma para inclusão de todas as crianças com deficiências, deve investir na capacitação dos professores e disponibilização dos materiais pedagógicos que permitam aos professores trabalharem com cada um dos alunos dentro da sala de aulas, como disse Mantoan:

não adianta, contudo admitir acesso de todas às escolas, sem garantir o prosseguimento da escolaridade até o nível que cada aluno for capaz de atingir. [...], a inclusão deriva do sistema educativo que não são recortados nas modalidades regulares e especial, pois ambas se destinam a receber os alunos as quais impomos uma identidade, uma capacidade de aprender de acordo com as suas características pessoais (MONTAAN 2003, p. 31)

Neste contexto, o princípio da escola inclusiva consiste na certeza de que todas as pessoas podem aprender juntas, onde seja possível. Segundo Souza a educação inclusiva responde às necessidades diversificadas de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade para todos, através de currículos e estratégias didáticas apropriadas, uso de recursos diversificados e parcerias com suas comunidades (SOUZA 2017, p. 8).

Na perspectiva de (SOUZA 2017), todas as pessoas podem aprender juntas, onde seja possível, sendo assim porque o Estado da Guiné-Bissau não foi capaz de construir as escolas com condições de atender todas as pessoas independentemente das suas limitações. A falta de condições básicas nas escolas do ensino Básico Guineense constitui um grande obstáculo na frequência de todos os alunos, sobretudo os com deficiência.

4 OBJETIVOS:

4.1 Objetivo Geral

Identificar e problematizar a ausência de políticas públicas para a inclusão escolar de crianças com deficiência física nas escolas públicas do Setor Autónomo de Bissau com foco no estudo da Escola Bengala Branca.

4.2 Objetivos Específicos

- a. Observar as limitações políticas e económicas que restringem a inclusão de crianças com deficiência na instrução escolar guineense;
- b. Compreender as narrativas culturais, em especial a condição de *criança irã*, e como estas constituem obstáculos à inclusão escolar de crianças com deficiência;
- c. Analisar fatores determinantes da precariedade do sistema de ensino relativos à produção e formação pedagógica, acessibilidade e sensibilidade didática, para a recepção de estudantes com deficiência física em Guiné Bissau.

5. METODOLOGIA

Qualquer trabalho científico para ser realizado precisa de um método a seguir, a fim de poder encontrar os resultados que o pesquisador precisa para alcançar os resultados pretendidos. Neste sentido, no que tange ao processo metodológico que será utilizado para desenvolvimento desta pesquisa, será adotada uma abordagem qualitativa, por ser fundamental para o estudo que pretendemos realizar. De acordo com Creswell (2010, p. 26),

É meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, as análises dos dados indutivamente construídas a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados. O relatório final escrito tem uma estrutura flexível [...] Aqueles que se envolvem nessa forma de investigação apoiam uma maneira de encarar a pesquisa que honra um estilo indutivo, um foco no significado individual e na importância da interpretação da complexidade de uma situação.

Ao fazer o uso de abordagem qualitativa, o pesquisador terá um contacto prolongado e diretamente ligado ao seu objeto de estudo.

Quanto ao tipo da pesquisa, será uma pesquisa exploratória. Segundo Gil "as pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses" (GIL, 2010,).

Para maior aprofundamento sobre a temática em questão seria fundamental fazermos uma revisão bibliográfica dos assuntos relacionados ao tema. De acordo com Fonseca (2002, p. 32), "a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de websites". Qualquer pesquisa científica inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite o pesquisador conhecer de antemão o que já foi estudado sobre o assunto. Por isso, nesta etapa procuraremos alguns materiais referente a educação especial para melhor orientação na realização do trabalho.

A proposta de desenvolvimento deste trabalho consistirá na análise de documentos, tais como relatórios de organizações nacionais e internacionais, convenção sobre os direitos das pessoas com deficiências (CDPD), bem como

legislação concernente ao sistema educacional guineense. Para a consecução deste propósito, nos apoiaremos em Lakatos e Marconi (2010), que consideram a análise documental como uma técnica de pesquisa que consiste em identificar, selecionar e analisar documentos relevantes para pesquisa, com o objetivo de extrair informações e dados que possam contribuir para compreensão do tema ou problema estudado. Em termos de delimitação, o estudo considerará o sistema educacional de Guiné-Bissau de modo geral, com ênfase na experiência da Escola Bengala Branca, no qual, para além de observação e análise de documentos, pretende-se fazer entrevistas semiestruturadas. Acerca da entrevista semiestruturada, Triviños (1987, p. 146) salienta que a mesma tem como característica questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa.

Com relação às entrevistas, iremos entrevistar nove pessoas, dentre as quais: cinco professores, diretor da escola, presidente de conselho técnico pedagógico, representante de pais ou encarregado da educação e por último presidente de associação dos alunos da referida escola.

Quanto à análise de dados, a pesquisa adotará análise de conteúdo como técnicas de análise e interpretação de dados.

PROPOSTA DE CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA PESQUISA:

Atividade	Mês e ano	Mês e ano	Mês e ano
Revisão bibliografica	Tres meses		
Pesquisa de campo		Seis meses	
Escrita da monografia			Seis meses

6 REFERÊNCIAS:

CRESWELL, John w. **Projeto de pesquisa, métodos, qualitativo, quantitativo e misto**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FEC | FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO. **Relatório da situação da criança na Guiné-Bissau 2015-2016**. Guiné-Bissau, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 29/04/2024

GUINÉ-BISSAU. **Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos**. Liga Guineense dos Direitos Humanos 2010/2012.

GUINÉ-BISSAU. **Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos**. Liga Guineense dos Direitos Humanos 2020/2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Terceiro Recenseamento Geral da População e Habitação de 2009**

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LOPES, Luísa da Silva Lopes e. **A Lei de Bases do Sistema Educativo da Guiné-Bissau: uma análise do processo de construção política**. Aveiro, PT. 2014;

MANTOAN, M. T. Egler. **Inclusão Escolar**. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANÉ, Alexandre. **A POLÍTICA EDUCACIONAL GUINEENSE: GRATUIDADE E OBRIGATORIEDADE, NECESSIDADES NA ATUALIDADE DO ENSINO BÁSICO AO ENSINO SECUNDÁRIO**. 2021. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/18167/1/ALEXANDRE.pdf>. Acesso em: 28 de abril de 2024.

OUZA, Brenda Kevellyn da Silva. **Desenvolvimento atípico e inclusão: concepções de estudantes de Ciências Naturais**. 2017. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Naturais) —Universidade de Brasília, Planaltina-DF, 2017. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/18192>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

PISCALHO, Isabel (coord.); VERA CRUZ, Ana (2015). **Programa de sinalização de crianças com deficiência ou em risco de desenvolvimento em São Tomé e Príncipe** – Relatório do estudo. UNICEF

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNICEF. **Plano Estratégico Nacional de Educação Inclusiva para a Guiné-Bissau 2022 – 2028**. Direção Geral da Educação Inclusiva: Fevereiro de 2022

UNIOGBIS. **Realizar os direitos humanos das crianças portadoras de deficiência deve ser prioridade**, Guiné-Bissau, 2015. Disponível em: https://uniogbis.unmissions.org/pt/realizar-os-direitos-humanos-das-criancas-portadoras-de-deficiencia-deve-ser-prioridade?utm_source=chatgpt.com. Acesso em 07 out. 2025.